



Mais mobilizações contra a reestruturação do BB



Wilson de Souza e Paulo Clavijo, dirigentes do Seeb Umuarama, lideram paralisação em Altônia

O Comando Nacional dos Bancários tem insistido em estabelecer uma mesa de negociações com o Banco do Brasil, para debater a reestruturação em curso no banco. Porém, a direção do BB se mantém irredutível e não quer negociar o fim do comissionamento de função dos caixas e nem o abono dos dias de paralisação.

A postura intransigente do banco tem levado os bancários a realizarem uma série de protestos em todo o país, com paralisação de agências e manifestações nas redes sociais. Esta sexta-feira, 19/02, foi mais um dia de protestos contra a proposta que prevê mais de 5 mil demissões, fechamento de 112 agências, de 242 postos de atendimento e sete escritórios. Os bancários denunciam que a reestruturação imposta é consequência direta da linha ultraliberal, entreguista e de arrocho salarial praticada pelo governo Bolsonaro e tem o objetivo de preparar o BB para a privatização.

Essas mudanças, se efetivadas, trarão enormes prejuízos aos bancários, que estarão ainda mais sobrecarregados

e terão a remuneração reduzida, e também à população, que terá o atendimento precarizado.

LIMINAR - A Contraf-CUT obteve liminar que impede que o Banco do Brasil extinga a função de caixa e deixe de pagar a gratificação aos escriturários que a recebem para trabalhar como caixa.

O juiz Antonio Umberto de Souza Junior, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, destaca que “a forte automação bancária e os interesses do capital não devem ser as únicas variáveis a serem consideradas quando se cogita de uma reorganização empresarial”. A retirada da gratificação reduziria significativamente os rendimentos dos funcionários e o banco promoveu a mudança sem sequer comunicar aos funcionários, nem sua representação sindical.

Ao conceder a liminar, o juiz observa que tanto a norma interna, quanto a norma coletiva, “desautorizam a súbita e nociva alteração contratual” promovida pelo banco. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Empregados Caixa assinam a renovação do acordo da CCV

Depois de várias reivindicações dos sindicatos, a Caixa fez a renovação do acordo da Comissão de Conciliação Voluntária (CCV), que estava vencido desde 31 de dezembro de 2020, conforme indicação no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). A assinatura aconteceu no dia 09/02. Os empregados que tiverem interesse na conciliação já podem procurar os sindicatos dos bancários da sua região para fazer a solicitação. O novo acordo tem vigência até 31 de dezembro de 2022. Leia mais em www.pactu.org.br

Bancários do BB que aderiram ao PDE e PAQ devem procurar o Sindicato

Um dos grandes prejuízos da reforma trabalhista de Temer, em 2017, foi o fim das homologações das rescisões de contratos de trabalho no Sindicato.

O ato da homologação permitia ao Sindicato, além de conferir as verbas rescisórias, fornecer informações importantes sobre os direitos dos bancários desligados de seus empregos nos bancos. Uma das ações mais importantes do ato homologatório são as ressalvas ao Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT).

Por isso, os bancários do BB (e dos demais bancos, com exceção do Bradesco), devem entrar em contato com seu Sindicato, antes da assinatura do TRCT. Cada Sindicato, à sua maneira, dará as orientações e a assessoria necessárias à garantia de seus direitos.

Na Caixa

Empregados também se mobilizam contra mudanças e metas desumanas

A reestruturação de áreas da Caixa tem preocupado a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa). As mudanças acontecem em todo o país, sem justificativa e planejamento, deixando os empregados inseguros e em pânico. Esse foi um dos temas debatidos em reunião no dia 12/02, realizada por meio de videoconferência. No encontro, os representantes dos empregados abordaram ainda a Campanha de Valorização dos bancários da Caixa, que tem como temas as metas desumanas e o desrespeito do banco. O Saúde Caixa foi outro assunto discutido na reunião. Para intensificar as cobranças contra as medidas abusivas da gestão Pedro Guimarães, a CEE está desenvolvendo um calendário de lutas e a primeira atividade aconteceu nesta sexta-feira (19), com um tuitageo em defesa da Caixa 100% pública e dos direitos dos empregados. Mais informações em www.pactu.org.br.

Frete Brasil Popular do Paraná define bandeiras de lutas



No dia 12/02, aconteceu no Paraná a plenária estadual da Frente Brasil Popular. O evento, realizado de forma virtual, teve como objetivo unificar as lutas das organizações e aproximar a militância das cidades do interior. Foi um desdobramento da Plenária Nacional de Organização das Lutas Populares, realizada no dia 26 de janeiro, que reuniu 500 militantes de entidades, movimentos e partidos de esquerda de todo o país.

A plenária estadual contou com participação de várias lideranças que integram os movimentos sindicais, estudantis, sociais e partidos políticos. A análise da conjuntura nacional ficou por conta do ex-ministro Gilberto Carvalho, que foi chefe da Secretaria Geral da Presidência durante o primeiro governo de Dilma Rousseff. Um balanço sobre os impactos e enfrentamento da covid-19 no Paraná e a solidariedade dos movimentos sociais para amenizar o impacto da crise econômica e social ocasionada pela pandemia, também foram temas das explanações na plenária.

O calendário de mobilizações organizado para o próximo período tem três eixos principais: a luta pela Vacina Já, pela garantia do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 e pela campanha Fora Bolsonaro. Já estão previstas duas ações de mobilização nacional. A primeira é uma carreta massiva no dia 21 de fevereiro, seguida da Jornada de Lutas das Mulheres, no dia 8 de Março.



Inércia do governo leva o Brasil à beira do caos

Na berlinda da crise da covid-19, a economia brasileira teve um dos piores desempenhos da história ao final do ano de 2020. A pandemia paralisou diversos setores produtivos e foi fator decisivo para o desempenho negativo do PIB, na casa dos 5% negativos.

É verdade que trata-se de um fenômeno que aconteceu mundialmente. Entretanto, enquanto outros países já retomaram a produção e começam a apresentar sinais de melhoras na economia, no Brasil os indicadores econômicos ainda são caóticos. Milhares de pequenas empresas fecharam as portas, grandes empresas estão indo embora, o número de desempregados só cresce e o país não atrai mais investimentos estrangeiros. Pelo contrário, por falta de habilidade diplomática, tem levado puxões de orelha de parceiros comerciais importantes, como a China, por exemplo.

Sem saber como resolver a crise sanitária e sem uma política econômica clara, a aposta do governo Bolsonaro é nas reformas, que contam com apoio expressivo da mídia tradicional. Mas esse discurso, dissociado de um plano de retomada do crescimento econômico que passe sobretudo pela política fiscal, é um passo para o fracasso. Isso pode ser comprovado observando-se as reformas já realizadas, como a previdenciária, a

trabalhista e a Emenda do Teto de Gastos. Elas encarnaram essa possibilidade de recolocar o Brasil no trilho do crescimento econômico, mas rapidamente se mostraram fracassadas e até mesmo falaciosas. O problema é o tipo de proposta que o governo traz, que retira direitos dos trabalhadores, ataca servidores públicos, promove o desmonte do patrimônio público, tributa quem ganha menos e privilegia os afortunados. O conjunto de reformas tem que ser outro, não estas que aprofundam a desigualdade e que reduzem o poder de compra do trabalhador.

Além disso, mais importante do que reformas nesse momento, é combater a pandemia que se propaga pelo país, gerando mortes, quebra de emprego e desemprego. Como fizeram outros países, com ações rápidas, estratégias eficientes e vacinação em massa. Em muitos deles a economia já encontra-se em plena recuperação e a população está mais segura.

No Brasil, o presidente Bolsonaro (ex-PSL), negacionista, foi um propagador do vírus, boicotou as orientações de prevenção e não comprou as vacinas necessárias para imunizar toda a população. Infelizmente, sem isso, segundo a opinião unânime de infectologistas e economistas, a pandemia vai longe e a economia continuará na UTI.

Bancários do Itaú conquistam modelo de compensação do banco de horas negativas

A revisão do acordo para a compensação do banco de horas negativas foi o grande avanço da reunião entre a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú e a direção do banco, realizada no dia 12/02, por videoconferência. Ficou acertado que os bancários terão um período de 18 meses, a partir do mês de março, com o limite de duas horas por dia, para compensar as horas negativas. O acordo será revisado a cada três meses, podendo ser prorrogado em mais seis meses, caso os trabalhadores não estejam conseguindo zerar os seus bancos. Mais informações em www.pactu.org.br